

A COOPERAÇÃO REGIONAL DESDE UMA PERSPECTIVA ARGENTINA: MUDANÇAS DE CONCEPÇÃO E REAÇÕES FRENTE A PROJETOS BRASILEIROS¹

Lívia Peres Milani²

RESUMO

As relações entre Brasil e Argentina são marcadas atualmente pela ênfase na parceria e, apesar da persistência de focos de divergências entre ambos, há um predomínio da cooperação que contrasta com a lógica de equilíbrio de poder e rivalidade que predominou durante a maior parte da história das relações bilaterais. A mudança nas relações bilaterais permitiu o início de processos de cooperação no sul do continente americano, os quais passaram a ser destacados por ambos os países como um tema importante no âmbito da política exterior e de defesa. Tal transformação pode ser entendida, em uma perspectiva construtivista, como um indício de modificação da visão sobre o *outro*, que passa a ser percebido de maneira positiva, e pode levar à formação de uma noção de coletividade. Assim, o objetivo do trabalho é entender as mudanças na concepção argentina sobre a parceria com o vizinho e a cooperação regional em temas de segurança e defesa, enfatizando as reações desse país aos projetos regionais brasileiros. Nesse sentido, são analisadas as concepções argentinas sobre a cooperação regional com base em uma perspectiva histórica, mas com especial ênfase ao governo de Néstor Kirchner. Nesse período, o governo argentino apontava para a necessidade de uma política externa mais regionalista e destacava a importância da parceria bilateral, mas conviveu com um vizinho em ascensão e que apresentou projetos próprios que não necessariamente condiziam com as preferências argentinas. Assim, o artigo visa a analisar as mudanças nas concepções de cooperação regional por parte da Argentina e entender como o país reagiu à proposta brasileira de criação de um espaço geopolítico sul-americano. O artigo está dividido em quatro seções, primeiramente é feita uma breve contextualização histórica das percepções argentinas sobre o Brasil e a região. Em seguida, o foco de análise é a década de 1990 e, posteriormente, é considerado o período do governo Kirchner. Por fim, são feitas as considerações finais.

Palavras-chave: identidade coletiva; América do Sul.

THE ARGENTINE PERSPECTIVES OF REGIONAL INTEGRATION: SHIFTS OF THOUGHTS AND REACTIONS TO BRAZILIAN PROJECTS

ABSTRACT

Relations between Brazil and Argentina are currently marked by an emphasis on the partnership and, despite the persistence of differences between them, there is a predominance of cooperation which contrasts with the rivalry and the balance of power discourse that prevailed for most of the bilateral relations history. This change has enabled the beginning of cooperation processes in the South American continent, which began to be understood by both countries as an important issue within the Foreign Policy and Defense fields. Therefore there was a change in the reciprocal view of the *Alter*, which is now perceived in a positive way, what can evolve to the formation of a sense of community. Thus, the objective in this paper is to understand Argentina's conception of regional cooperation on security and defense issues, emphasizing its reactions to Brazilian regional projects. Argentina's position is analyzed on a historical perspective, but with special emphasis on the period of Néstor Kirchner government. In that moment, the Argentine government expressed the need for a regionalist foreign policy and emphasized the importance of bilateral partnership, but lived with an emergent neighbor

1. Uma versão inicial deste artigo foi apresentada no V Encontro Nacional da Abri, em julho de 2015.

2. Mestre em relações internacionais pelo Programa de Pós-Graduação "San Tiago Dantas" (Unesp/Unicamp/PUC-SP)

which presented its own projects, which did not necessarily converged with the Argentine preferences. Thus, the article aims to analyze the changes in Argentina's conceptions of regional cooperation and understand how the country reacted to the Brazilian proposal to create a South American geopolitical space. The article is divided into four sections, first it is exposed a brief historical context of Argentina's perceptions about Brazil and the region. The second section analyses the 1990s, and the third takes into consideration the Kirchner government period. Finally, the final considerations are made.

Keywords: collective identity; South America.

JEL: F50, F59.

1 INTRODUÇÃO E NOÇÕES TEÓRICAS

Desde a década de 1980, a cooperação com o Brasil e em âmbito regional foram temas importantes da agenda de política exterior da Argentina, sendo que Raul Alfonsín, Carlos Menem, Néstor e Cristina Kirchner atribuíram especial atenção ao tema. A ênfase na parceria contrasta com as relações anteriores, marcadas pela rivalidade, e mostra que as hipóteses de conflito foram superadas. A permanência da cooperação não significou a inexistência de desentendimentos, de diferentes leituras de mundo ou a construção de formas permanentes de atuação coordenada, mas possibilitou o surgimento de mecanismos de integração e coordenação política no sul do continente americano, como são o Mercado Comum do Sul (Mercosul), criado em 1991, e a União de Nações Sul-Americanas (Unasul), criada em 2008.

No período mais recente, e principalmente na década de 2000, as relações bilaterais foram marcadas por uma diferença de capacidades em favor do Brasil e pela ambição deste país em ser reconhecido como um *global player*, que contrasta com a relativa perda de poder argentino, principalmente em razão da crise econômica de 2001. Nesse contexto, ambos os países reiteraram um discurso que enfatizava a importância da cooperação regional e da parceria bilateral, embora em um contexto marcado também por diferenças de concepções e desentendimentos, no qual os projetos impulsionados pelo Brasil não foram aceitos sem resistência inicial por parte da Argentina. Contudo, posteriormente, o país platino começou a atuar fortemente nas instituições regionais criadas. Assim, apesar da diferença de poder, a Argentina não adotou uma posição de alinhamento ou de rivalidade com o Brasil, mas de ênfase na cooperação bilateral e regional, embora com resistências e desentendimentos em certos aspectos.

Tendo em vista esse contexto, a teoria construtivista mostra-se apta a contribuir na explicação do relacionamento bilateral. Nessa perspectiva, a diferença de poder apenas tem significado, fundamentada nas concepções de um sobre o *outro*, ou seja, do conhecimento intersubjetivo compartilhado. Assim, a relação não é determinada apenas pelas diferenças de capacidades, mas pela visão do *outro* construída historicamente e socialmente, a partir da qual a diferença de poder é interpretada. Em tal concepção, a cooperação entre os Estados poderia modificar interesses e identidades (Wendt, 1992). O destaque à parceria, em contraste com a lógica de equilíbrio de poder e a identificação negativa anterior, pode ser entendido como um indício de modificação na visão do *outro* e possivelmente como de construção de uma identidade coletiva.

A identidade, em uma abordagem construtivista, é definida com base na alteridade, refere-se à definição social do *Ego*, fundamenta-se em uma "teoria" que os atores coletivamente sustentam sobre eles mesmos, os *outros* e a estrutura do mundo social (Wendt, 1992, p. 398). A identidade é a concepção que *Ego* tem de si e de *Alter* e, portanto, uma mudança na forma que se percebe o *outro* é caracterizada como uma mudança de identidade (Wendt, 1992). Com a formação de uma identidade coletiva, o *outro* seria visto como uma extensão do eu, a interdependência tornar-se-ia empática, e não instrumental. Haveria então a construção de uma percepção empática sobre o *outro* e a formação

de um interesse comum, ou seja, a preservação do grupo seria considerada um fim em si mesmo, o que levaria a um tipo de cooperação que vai além da preservação individual (*self-help*) (Wendt, 1992, p. 52).

É importante destacar que, se tratando de um ator estatal, a concepção de identidade não é uma, mas podem existir diferentes definições de identidade no âmbito interno, assim como pressões para a mudança identitária (Mcsweeney, 1999; Zehfuss, 2006). Assim, considera-se que, embora em determinados períodos uma representação identitária seja hegemônica, isso não significa a inexistência de grupos sociais que a interpretam de maneira diferente. Ademais, além da dimensão comportamental, a identidade possui um aspecto representativo e pode ser caracterizada pela construção de narrativas. Nesse sentido, a linguagem é um fator constitutivo da identidade e é a partir dela que se podem ser identificadas mudanças (Mcsweeney, 1999; Zehfuss, 2006).

De acordo com essa abordagem teórico-conceitual e com foco no campo da defesa e da segurança regional, o objetivo do trabalho é analisar as mudanças nas concepções de cooperação regional por parte da Argentina e entender como o país reagiu à proposta brasileira de criação de um espaço geopolítico sul-americano. Pretendeu-se ainda entender se a criação de instituições de cooperação no âmbito sul-americano significou maior identificação entre ambos e maior convergência e disposição para a atuação conjunta.

O artigo foi dividido em quatro seções, além desta introdução. Primeiramente, foi feita uma breve contextualização histórica das percepções argentinas sobre o Brasil e a região. A seguir, o foco de análise recai sobre a década de 1990 e, finalmente, é considerado o período do governo Kirchner. Pretendeu-se analisar até que ponto houve uma modificação na identidade argentina e na sua percepção sobre o Brasil, com a construção de um tipo de cooperação que supera a noção de *self-help* e incorpora a dimensão coletiva. Por último, segue uma seção de considerações finais.

2 O REGIONALISMO E AS REPRESENTAÇÕES IDENTITÁRIAS NA POLÍTICA EXTERIOR ARGENTINA: UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

A Argentina, assim como o Brasil, esteve historicamente voltada para o Atlântico, sendo que desde 1860 até a década de 1930 a Europa era vista como o principal parceiro econômico, para o qual a Argentina exportava produtos agrícolas e da qual importava “capitais, mão de obra, produtos manufaturados, ideias e estilos de vida” (Paradiso, 2005, p. 37). De forma geral, durante o processo de construção do Estado Nacional argentino e início do século XX, a América Latina ocupava um baixo perfil nas relações internacionais do país e havia baixa intensidade na relação com o Brasil, principalmente nos âmbitos cultural e econômico. No plano geopolítico, havia uma percepção preconceituosa e a relação era baseava-se na lógica do equilíbrio de poder, pois ambos percebiam-se com capacidade de preponderância regional pela qual rivalizavam (Winand, 2010, p. 33). Apesar de tentativas de cooperação, como a proposta de um pacto entre Brasil, Argentina e Chile, realizada pelo Barão do Rio Branco, a rivalidade era predominante nas relações bilaterais e agravada pelas diferentes posições frente aos Estados Unidos, haja vista que o Brasil construiu uma relação especial com a potência, que era interpretada com desconfiança pela Argentina (Russell e Tokatlian, 2002, p. 410).

Essa percepção da região e do Brasil começou a se alterar após o fim da Segunda Guerra Mundial e da ascensão do nacional-desenvolvimentismo, principalmente no governo de Juan Domingos Perón (Russell e Tokatlian, 2002, p. 415). Nesse período, a Argentina começou a perceber-se como um país da periferia do sistema capitalista, ao qual as grandes potências impõem constrangimentos, o que

levou a uma maior preocupação em cooperar com os outros países de mesma condição, entre os quais destacam-se os latino-americanos (Merke, 2008, p. 152). Alguns autores, como Juan Carlos Puig, buscaram estabelecer uma conexão entre autonomia, regionalismo e desenvolvimento, tendo em vista que a coordenação de posições seria uma forma de aumentar a margem de manobra frente à potência hegemônica, ampliando a capacidade de resistência, autonomia e as possibilidades de projetos de desenvolvimento endógenos (Puig, 1986, p. 48). Nessa perspectiva, a noção de América Latina era apresentada como um componente de reforço identitário nacional, tendo em vista que significava uma contraposição ao mundo desenvolvido e reforçava a busca de autonomia (Paikin, 2012, p. 143).

No entanto, apesar de tal visão de mundo começar a ser construída após a Segunda Guerra Mundial, a mesma não significou a superação da lógica da rivalidade e do equilíbrio de poder com relação ao Brasil. A diferença dos vínculos com os Estados Unidos levou a uma percepção de subimperialismo brasileiro e setores argentinos argumentavam que o vizinho atuava de acordo com os interesses da potência dominante (Russell e Tokatlian, 2004, p. 415). Durante o período das ditaduras militares, a rivalidade acentuou-se, em decorrência do predomínio de uma leitura geopolítica e do aumento de poder brasileiro em relação à Argentina, que era visto por este país como uma ameaça a seu papel regional. Os desentendimentos expressaram-se principalmente no que se refere à construção da hidrelétrica de Itaipu, a qual a Argentina se opunha, tendo em vista que consolidaria a diferença de poder (Mello, 1996).

Entretanto, a partir de 1979, a política conflitiva começou a ser substituída pela busca de entendimentos e cooperação. Nesse ano foi assinado o acordo tripartite Itaipu-Corpus, entre Brasil, Argentina e Paraguai, que solucionou a crise de Itaipu. Com a resolução dos problemas referentes à usina, pôde-se iniciar um processo bilateral de cooperação nuclear e econômica. Todavia, de acordo com Mello, o entendimento significou também que a “preponderância brasileira tornou-se nos anos 80 um *fait accompli*” (1996, p. 212).

Entre os fatores que contribuíram para a aproximação bilateral, pode-se citar que nesse período a Argentina percebia diferentes problemas de segurança, pois havia se engajado em fricções com Chile, Inglaterra e Brasil e não possuía os recursos necessários para lidar com os três rivais (Kupchan, 2010, p. 123). Assim, a Argentina precisava buscar a negociação e a amenização da rivalidade, o que teria sido possível com relação ao Brasil tendo em vista algumas mudanças de comportamento do vizinho. A retórica de “Brasil-potência” gradualmente amenizava-se em decorrência da perspectiva de crise, e as relações entre Brasil e Estados Unidos deterioraram-se no final da década de 1970 contribuindo para que o país buscasse melhorar suas relações com a região e para desconstruir a percepção de “subimperialismo” (Hurrell, 1998, p. 237). Por conseguinte, a imagem do Brasil como um aspirante à potência cedia lugar a uma representação do país como parte do Terceiro Mundo. A aproximação com a Argentina parecia favorável ao Brasil, tendo em vista a possibilidade de vantagens no campo da cooperação econômica e nuclear, pois o programa atômico argentino era mais avançado que o brasileiro, e o Brasil visava diversificar seus parceiros econômicos naquele momento (Hurrell, 1998, p. 237-238).

Assim, a partir do final das ditaduras militares, iniciou-se um período de aproximação entre Brasil e Argentina e de modificação da visão sobre o *outro*. Tal processo pode ser entendido como de formação de uma identificação positiva, no qual o *outro* começa a ser visto como parceiro, em detrimento da noção de rival. No entanto, como argumentado anteriormente, a existência de uma representação hegemônica não significa inexistência de outras interpretações, e as antigas narrativas identitárias podem continuar presentes no imaginário de grupos sociais e de burocracias.

Nesse sentido, Paikin (2012) argumenta que existem duas correntes de interpretação da identidade argentina, ambas presentes no imaginário da nação. Primeiramente, há a imagem da Argentina como

“celeiro do mundo”, pela qual o país se vê como exportador de matérias-primas e próximo às grandes potências, sendo que as assimetrias entre os diferentes Estados não são enfatizadas e não são entendidas como produzidas pelo sistema capitalista. A segunda imagem seria a da Argentina industrial, com bases peronistas, que enfatiza as assimetrias econômicas e de poder no plano global e impulsiona como ideal um maior vínculo regional, que é visto como fonte de maior possibilidade de autonomia (Paikin, 2012, p.142)

Merke (2008, p. 152) destaca que ao longo do tempo é possível notar uma maior ênfase em construções discursivas que enfatizavam a identificação com a região, tanto por parte do Brasil quanto por parte da Argentina, e que a ascensão do desenvolvimentismo foi um elemento que tendeu a aumentar o grau de proximidade com a região, tendo em vista o diagnóstico de uma condição semelhante no sistema internacional (2008, p. 152). Paikin (2012, p. 143) pondera que a consolidação de uma visão positiva sobre o Brasil teria sido diferente e mais tardia, tendo ocorrido apenas a partir do final do período militar.

Assim, ao longo da História, há uma modificação do que a Argentina percebe como regional, sendo que inicialmente, a hispano-américa seria vista como o referente regional e o Brasil como um *outro*. A partir da proclamação da República brasileira e ao longo do século XX, tal visão dissipar-se-ia, com o Brasil passando a fazer parte do referencial identitário, apesar de persistirem importantes rivalidades geopolíticas. Por fim, o processo de construção da parceria iniciado no final do período militar e aprofundado com a redemocratização colocaria fim às hipóteses de conflito. A partir de então, a lógica de equilíbrio de poder deixaria de existir, em decorrência também da consolidação da preponderância brasileira, que tornou o balanceamento inviável para a Argentina (Russell e Tokatlian, 2002, p. 406). No entanto, mesmo no pós-redemocratização, persistem diferenças de interpretação de mundo, de objetivos e de interesses e, principalmente, dificuldades de articular posições e de atuar conjuntamente.

3 OS ANOS 1990: ADESÃO À ORDEM E PRIORIZAÇÃO DAS RELAÇÕES COM OS ESTADOS UNIDOS

A conjuntura internacional dos anos 1990, de fim da Guerra Fria e preponderância dos Estados Unidos em âmbito mundial, contribuiu para que ocorresse um movimento de adesão à ordem liberal internacional na América Latina e ao esgotamento das posições mais cautelosas e de certa resistência aos regimes de livre comércio e desarmamento. Nesse período, a opção argentina foi a de adotar uma política externa de priorização do Ocidente e das relações com os Estados Unidos, o que significava que as relações com o Brasil e a América do Sul, apesar de importantes, não eram prioritárias. Houve um resgate da representação da Argentina liberal, que se entende como europeia, em detrimento de uma leitura a partir da divisão norte-sul. Em tal contexto, as opções de política exterior anteriores, baseadas na busca de autonomia e certa autarquia, foram consideradas responsáveis pela relativa decadência do país.

O discurso do então chanceler Guido Di Tella mostra tal posição, tendo em vista que o mesmo buscava apresentar o país como europeu. O ministro valorizava a Argentina dos anos de 1880, que foi caracterizada por importante crescimento econômico em uma estratégia de alinhamento com a Inglaterra e abertura comercial e criticava a postura terceiro-mundista adotada durante o governo peronista e parte do período militar. Na interpretação de Di Tella, a Argentina era um país próximo à Europa e já teria sido parte do mundo desenvolvido. O argumento do ministro seria de que a política de autarquia e a busca de desenvolvimento endógeno teriam sido pouco produtivas e levado o país a uma situação de isolamento. Portanto, seria necessário corrigir tais políticas e implementar uma atitude internacionalista e de abertura para que o país recuperasse seu lugar no mundo (Di Tella, 1995).

Havia, assim, uma identificação com os países desenvolvidos, sendo que Di Tella (1995) declarou, por exemplo, que o grupo dos não alinhados seria um “grupo dedicado a prejudicar os países mais desenvolvidos” (Di Tella, 1995, tradução nossa)³ e que “temos um nível cultural semelhante ao da Europa, porque não seríamos um país semelhante (...) porque é nossa origem e nosso destino” (Di Tella, 1995, tradução nossa).⁴ Em tais declarações, o referencial identitário europeu aparece de forma explícita, em detrimento do latino-americano. No entanto, Di Tella (1995) destacava também a pacificação das relações com a América Latina, valorizando a cooperação e argumentando que a política de rivalidade anterior deveria ser superada definitivamente. Nesse sentido, houve também uma valorização da parceria e a determinação em não retornar a uma situação de rivalidade.

Arbilla (2000, p. 368-371) destaca que nesse período houve um abandono do marco de referência norte-sul como definidor da política exterior argentina e que o país buscava adaptar-se ao mundo ocidental, aceitando a liderança das potências hegemônicas. Assim, a Argentina colocou em prática uma política de alinhamento com os Estados Unidos. O país renunciou à política econômica protecionista, adotou um ajuste econômico e aderiu aos regimes de não proliferação atômica e de controle de mísseis, além de se retirar do movimento dos países não alinhados (Busso, 1994). Os conflitos que a Argentina continuava a suportar com a grande potência praticamente limitavam-se à questão dos subsídios agrícolas. Tal postura de alinhamento com os Estados Unidos não foi acompanhada pelo Brasil, que, apesar de aderir à ordem, o fez de forma mais cautelosa e, exceto durante o período inicial do governo de Fernando Collor, continuou a destacar a ideia de desenvolvimento (Arbilla, 2000, p. 338-340).

Assim, Russell e Tokatlian ponderam que apesar das relações econômicas com o Brasil serem vistas como essenciais, a aliança política era deixada em segundo plano e havia importantes diferenças nas relações de ambos com os Estados Unidos, tendo em vista que o Brasil buscava preservar graus de autonomia e, conseqüentemente, de contraposição aos Estados Unidos, o que não era bem visto pela Argentina. Nesse sentido, não havia coordenação de posições e a relação priorizada pela Argentina no campo político era com o país do Norte (Russell e Tokatlian, 2002, p. 422).

Por outro lado, naquele momento, não se conseguiu produzir um discurso único de Política Externa na Argentina sendo que, em âmbitos mais afastados do núcleo de decisão presidencial, a cooperação regional e as relações com o Brasil encontravam maior espaço, inclusive no que se refere aos aspectos políticos. Assim, os embaixadores argentinos no Brasil tinham uma posição mais favorável à integração. Jorge Herrera Vegas, embaixador argentino no Brasil de 1997 a 2000, por exemplo, afirmou que se comprometia pessoal e profissionalmente a “trabalhar a favor da construção da nação de nações que será a grande pátria de nossos filhos” (Vegas, 1999) e Diego Ramiro Guelar (1997), embaixador argentino no Brasil nos anos de 1996 a 1997, admitia a possibilidade de que a integração na América do Sul pudesse chegar ao ápice, o que mudariam as formas de conceber a soberania e levaria à formação de uma comunidade de nações. O nível de tais declarações, ressaltando uma vontade integracionista e de supranacionalidade, não encontrou, entretanto, contrapartida na posição brasileira, sendo que o país prezou por menor institucionalização.

O Livro Branco argentino de 1999 destacava uma posição clara de identificação com o Brasil, apontando para a existência de riscos comuns entre ambos os países e para a necessidade de cooperação

3. Originalmente: “*agrupación dedicada a molestar a los países más desarrollados, a los países más modernos*” (Di Tella, 1995).

4. Originalmente: “*tenemos un nivel cultural parecido al de Europa, porque no habíamos de ser un país similar (...) porque es nuestro origen y es nuestro destino*” (Di Tella, 1995).

e atuação conjunta, dando destaque à necessidade de coordenação política. O documento afirma por exemplo que

Nesse novo contexto, a antiga visão do vizinho como adversário e eventual ameaça para a própria segurança, é substituída por outra equação: seus riscos são agora também os nossos (...) A vontade de cooperação manifesta dos Estados cria condições para avançar em entendimentos em matéria de defesa e segurança (Argentina, 1999, tradução nossa).⁵

Pode-se destacar também que houve importante cooperação no campo do desarmamento, principalmente no que se refere à cooperação nuclear. Nesse período, os países colocaram em prática medidas de confiança mútua, a partir da realização de operações militares conjuntas e de transparência, com a criação da Agência Brasileiro-Argentina de Controle e Contabilidade (ABACC), que permitia a consulta recíproca das usinas nucleares. Ademais, houve adesão coordenada aos regimes de não proliferação, com ambos abandonando suas políticas nucleares autônomas (Saint-Pierre, 2006, p.18). A ratificação dos regimes internacionais de desarmamento e a cooperação nuclear eram também formas de ambos os países apresentarem-se ao mundo como pacíficos e confiáveis, além de significar uma maneira de adesão ao *mainstream* internacional (Winand, 2010).

Apesar da cooperação nesse campo, houve desentendimentos importantes entre ambos os países, podendo-se destacar a candidatura brasileira a um assento permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (CS-ONU), que era percebida com desconfiança e oposição pela Argentina. Ademais, a postura argentina de visar tornar-se membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), que não foi aceita pelos Estados Unidos, mas acabou significando a designação do país como um aliado extra-Otan, foi malvista pelo Brasil. Assim, na década de 1990, ainda havia resquícios de rivalidade entre ambos os países, o que leva Winand (2010, p. 81) a interpretar que tal padrão de relacionamento não foi superado com os acordos de Itaipu e as propostas de integração.

No que se refere ao plano econômico, os anos 1990 foram marcados pela criação e consolidação do Mercosul, o que levou a um aumento significativo nas relações comerciais de ambos os países. Inicialmente, o Mercosul era visto como um sucesso, tendo levado à liberalização das economias e maior integração comercial. Contudo, houve também dificuldades de coordenar posturas no plano econômico e a falta de comunicação brasileira para com a Argentina antes da desvalorização do real, em 1999, foi percebida como problemática. A desvalorização diminuiu o fluxo de comércio bilateral e produziu prejuízos à economia argentina, que ressentiu da postura brasileira.

Ademais, o projeto brasileiro de construir um espaço sul-americano, que começou a ser implementado desde a primeira reunião de presidentes sul-americanos em 2000, não foi bem aceito pela Argentina. De acordo com Russell e Tokatlian (2002), o governo de De la Rúa, sucessor de Menem, entendeu o projeto brasileiro como uma forma de afastamento aos Estados Unidos, o que era divergente das intenções argentinas. Além disso, a ideia de América do Sul, com a consequente exclusão do México, foi vista como uma limitação à noção de América Latina (Russell e Tokatlian, 2002, p. 124).

Portanto, nesse período, apesar de as hipóteses de conflito terem sido superadas e a lógica e linguagem de equilíbrio de poder não mais predominarem nas relações bilaterais, Brasil e Argentina não produziram mecanismos de atuação política coordenada, embora houvesse valorização da parceria

5. Originalmente: "En este nuevo contexto, la vieja apreciación del vecino como adversario y eventual amenaza para la propia seguridad, se ve reemplazada por otra ecuación: sus riesgos son ahora también los nuestros. (...) La voluntad de cooperación manifiesta de los Estados, crea así condiciones para avanzar hacia entendimientos en materia de seguridad y de defensa" (Argentina, 1999).

e da cooperação. A linguagem predominante era de cooperação, consolidada com a formalização da “aliança estratégica” em 1997 por declaração presidencial (Candeas, 2010). Contudo, as visões de mundo eram diferentes, o que gerava maneiras divergentes de inserção internacional e de relacionamento com as grandes potências, assim como diferenças nas interpretações de mundo e representações nacionais. Nesse ínterim, pode-se destacar também que o Mecanismo de Itaipava, assinado em 1997, e que determinava a realização de reuniões periódicas entre os ministros de Defesa e das Relações Exteriores de ambos os países não foi colocado em execução de forma satisfatória (Winand, 2010). Por outro lado, percebe-se indícios de uma incipiente identidade coletiva em formação na interpretação do passado de rivalidades por uma ótica negativa e pela valorização da cooperação, com a preocupação em não voltar a um passado de rivalidades, assim como na interpretação argentina de riscos comuns, expressa no Livro Branco de 1999.

4 A ASCENSÃO DE KIRCHNER: RETOMADA DO DESENVOLVIMENTISMO NA POLÍTICA EXTERNA ARGENTINA

A eleição de Néstor Kirchner representou significativas mudanças à estratégia de inserção internacional da Argentina, tendo em vista que a leitura de mundo predominante na década de 1990, a partir da qual se entendia que a adesão à ordem internacional seria a melhor estratégia para o desenvolvimento argentino perdeu força a partir da crise de 2001, que foi interpretada como tendo sido causada pela adoção dos princípios neoliberais defendidos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). A distância e a falta de ajuda dos Estados Unidos para com a Argentina em crise levaram também a um questionamento sobre as vantagens de uma relação especial com aquele país (Russell; Tokatlian; 2004, p. 108).

Assim, a eleição de Kirchner significou a retomada de um discurso identitário de base desenvolvimentista, a partir do qual o país percebe-se como parte da periferia do sistema internacional. No plano discursivo, a Argentina passou a conceder significativa importância à América do Sul e a destacar a necessidade de atuar com base na região para ter mais voz no sistema internacional. Pode-se destacar, por exemplo, que Kirchner afirmou em sua posse que “nossa prioridade em política exterior será a construção de uma América Latina politicamente estável, próspera, unida, com base nos ideais de democracia e justiça social”⁶ (Kirchner, 2003). Já Rafael Bielsa (2004), ministro das Relações Exteriores argentino de 2003 a 2005, argumentou, em artigo de opinião, que para o país destacar-se internacionalmente deveria trabalhar pela integração regional, pois seria por meio dessa que a Argentina teria voz (Bielsa, 2004).

Dessa forma, percebe-se que houve uma renovada valorização da integração regional pelo governo. Tal situação foi combinada com a ascensão do presidente brasileiro Luis Inácio Lula da Silva, o que gerou a expectativa aprofundamento das relações bilaterais, tendo em vista que houve semelhança entre os dois em conceder prioridade à região e coincidência de posições ideológicas. No Brasil, a eleição de Lula significou ajustes na política externa brasileira e a formulação de um discurso que identificava mais claramente o Brasil como parte do sul global (Hurrell, 2010, p. 61-64). Essa situação era semelhante ao que ocorria na Argentina, embora no Brasil tais elementos tivessem continuado presentes, mesmo que de forma menos destacada, na década de 1990.

Ambos os governos também entendiam que o regionalismo não deveria limitar-se aos aspectos econômicos, mas propunham que deveria ser implementada uma integração holística. Em 2003, firmou-se o “Consenso de

6. Originalmente: “nuestra prioridad en política exterior será la construcción de una América Latina políticamente estable, próspera, unida, con bases en los ideales de democracia y de justicia social”.

Buenos Aires”, que enfatizava a parceria bilateral e estabelecia uma reformulação do Mercosul, que a partir de então deveria atribuir maior importância às áreas não comerciais com destaque para o âmbito político (Consenso de Buenos Aires, 2003).

Contudo, apesar das expectativas iniciais de maior aproximação bilateral, também existiram desentendimentos importantes. Durante a presidência de Néstor Kirchner, as expectativas argentinas com relação ao processo de integração regional levado a cabo no Mercosul não foram atendidas, tendo em vista que o país defendia a necessidade de maior institucionalização do bloco, enquanto o Brasil priorizou um alargamento da integração em âmbito sul-americano, com a construção da Comunidade Sul-americana de Nações (Casa), a qual mais tarde seria reformulada com a criação da União de Nações Sul-Americanas (Unasul). Assim, percebe-se que Lula deu continuidade a uma política de cooperação sul-americana iniciada por Fernando Henrique Cardoso e, assim como seu antecessor, Kirchner inicialmente não foi receptivo à proposta (Cortes e Creus, 2010, p. 367).

Aparentemente há uma divergência nas concepções de Brasil e Argentina sobre como a cooperação regional deveria ocorrer, tendo em vista que o Brasil resiste a uma institucionalização profunda e à cessão de soberania. A posição brasileira seria decorrente de uma leitura realista do sistema internacional que não conceberia a possibilidade de amenização da soberania (Pinheiro, 2000, p. 312) e levaria à priorização do intergovernamentalismo e a cautela para que a integração regional não escape do controle do Estado-Nação (Vigevani; Aragusuku, 2014, p. 171) Por outro lado, no caso argentino, há a defesa de maior institucionalização e há maior proximidade a uma noção de cooperação e integração regional condizente com a cessão de soberania, ao menos em âmbito discursivo (Cortes e Creus, 2010, p. 367).

Isso desencadeou um descompasso entre ambos os países no início da década de 2000, sendo que o projeto brasileiro de expandir a integração regional para o âmbito sul-americano, em detrimento da proposta de aprofundamento, não foi bem aceito pela Argentina. Tal situação foi agravada porque o Brasil não priorizou a Argentina, ou tentou articular posições, mas buscou liderar o projeto sul-americano de maneira individual, o que, na interpretação argentina, não seria coerente com o *status* de aliados estratégicos de ambos os países (Cortes e Creus, 2010, p. 376).

Essa conjuntura gerou certa desilusão na Argentina e pode-se perceber alguns sinais de resistência ao projeto brasileiro, como o não comparecimento de Néstor Kirchner à III Reunião de Presidentes da América do Sul, quando foi assinado o Tratado Constitutivo da Casa (Cortes e Creus, 2010, p. 367). Além disso, o presidente argentino também resistiu que a crise institucional no Equador, em 2005,⁷ fosse discutida a partir da Casa defendendo que a Organização dos Estados Americanos (OEA) seria o âmbito mais apropriado (Cerpi-IRI, 2006). Outro indício seria a busca argentina de diversificar suas relações na região, por meio de maior aproximação com a Venezuela (Cerpi-IRI, 2006).

A resistência inicial da Argentina com relação ao projeto integracionista sul-americano pode ser entendida como de desconfiança em meio a um projeto de liderança individual brasileiro mostrando certo receio da consolidação de uma hegemonia regional (Russell, Tokatlian, 2004, p. 133). Assim, apesar de a Argentina não ter mais condições de rivalizar com o Brasil por preponderância regional, não aceita a liderança individual brasileira, pois, o que é entendido como ideal seria que nenhum país representasse a região de forma individual, mas que houvesse partilha de liderança (Tokatlian, 2014, p. 31).

7. Em 2005, o então presidente do Equador, Lucio Gutiérrez, foi deposto em meio a uma onda de protestos populares contra medidas econômicas de caráter ortodoxo adotadas pelo ele.

Todavia, em um segundo momento, já no governo de Cristina Kirchner, a Argentina passou a atuar de forma ativa na Unasul, que sucedeu à Casa, e foi favorável à construção do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), mostrando indícios de maior sintonia bilateral. Deve-se destacar também que Néstor Kirchner aceitou ser o primeiro secretário-geral da Unasul, tendo atuado de forma ativa no cargo, até seu falecimento em 2010. Ademais, a Argentina tem concedido importante grau de prioridade ao CDS, e engajou-se na criação do Centro de Estudos Estratégicos em Defesa (Ceed) da Unasul, com sede em Buenos Aires.

Nesse sentido, pode-se destacar também que o Livro Branco argentino de 2010 aponta a cooperação regional como parte importante de sua política de defesa, sendo que a cooperação regional é apresentada como complementar à política nacional nessa área:

A concepção argentina é fundada também no reconhecimento da importância que a cooperação interestatal e a multilateralidade possuem, como genuínos instrumentos complementares da política de defesa própria (...) Argentina concebe sua defesa na dupla dimensão de autônoma, por um lado, e cooperativa por outro (Argentina, 2010, p. 44, tradução nossa).⁸

Desde o final do governo Kirchner, houve maior convergência nas posições brasileiras e argentinas diante das crises regionais, ambos defendendo que tais situações devem ser resolvidas de maneira endógena, sem ingerências de potências extrarregionais. Ambos os países defenderam a proposta de que a Unasul se articulasse diante da crise separatista que irrompeu na Bolívia, em 2008⁹ e argumentaram que a tensão provocada entre Venezuela e Colômbia pela assinatura de um tratado sobre o uso de bases militares entre este último país e os Estados Unidos fosse resolvida regionalmente, através da Unasul¹⁰ (Cortes e Creus, 2010, p. 384). Nesse caso, a Argentina atuou de forma importante, sendo que a reunião extraordinária do organismo para discutir o assunto realizou-se na cidade de Bariloche, além de adotar uma posição semelhante à brasileira, crítica ao acordo, e o entendendo como um risco à autonomia regional, mas conciliatória, amenizando o discurso mais confrontacionista venezuelano (Cortes e Creus, 2010, p. 384).

No entanto, ainda persistem importantes diferenças, principalmente no que se refere à atuação global brasileira e às diferenças de capacidades e objetivos. A crise de 2001 deixou mais evidente o significativo desequilíbrio de poder existente entre Brasil e Argentina, que persiste desde a década de 1960, quando o pêndulo definitivamente inclinou-se para o lado brasileiro. Assim, há claras diferenças nas possibilidades de projeção de poder. E enquanto o Brasil ambiciona maior poder global e tenta articular-se com outros países emergentes para ganhar maior voz, a Argentina não possui a mesma capacidade, o que pode contribuir para explicar por que a Argentina atribui maior ênfase à cooperação regional como meio para se inserir nos âmbitos globais, ao passo que o Brasil busca fazê-lo de maneira mais individual e pela articulação com parceiros extrarregionais.

8. Originalmente: "*La concepción argentina se funda también en el reconocimiento de la importancia que en la materia tienen la cooperación interestatal y la multilateralidad, como genuinos instrumentos complementarios de la política de defensa propia (...) Argentina concibe su defensa en la doble dimensión de autónoma, por un lado, y cooperativa, por otro*" (Argentina, 2010).

9. Em 2008, as províncias bolivianas de Santa Cruz, Beni, Pando e Tarija declararam autonomia com relação ao poder central, causando confrontos entre opositores e simpatizantes do governo. A situação foi debatida no âmbito da Unasul, que buscou uma solução pacífica para a situação e obteve sucesso em mediar a crise.

10. Em 2009, o governo colombiano assinou um acordo bilateral com os Estados Unidos que permitia o uso de bases militares colombianas pelo país do norte. Essa situação gerou desconfiança por parte de diversos países da América do Sul, a exemplo de Brasil e Argentina, e especialmente por parte da Venezuela. A situação foi tema central de reunião extraordinária da Unasul.

Durante o governo Lula, um dos principais objetivos estratégicos do país foi a ampliação de sua capacidade de influência e de seu destaque no sistema internacional, o que foi perseguido por meio da atuação coordenada com outros países emergentes e de fóruns como o formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (Brics). No período, o país defendeu a reforma das organizações internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (CS-ONU), buscando um arranjo no qual os emergentes, entre os quais o próprio Brasil, tivessem maior influência, argumentando que o aumento da representação traria maior legitimidade a essas instituições. Outra postura brasileira foi apresentar candidatos a postos de comando em Organizações Internacionais, como a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) (Myamoto, 2013, p. 26).

No que se refere ao CS-ONU, apesar de os países terem acordado intercambiar diplomatas nas representações nacionais enquanto membros não permanentes (Cerpi-IRI, 2006), a Argentina não apoiou o vizinho em sua ambição de se tornar membro permanente do conselho. De acordo com Vigevani e Cepaluni, a Argentina percebia essa ambição brasileira com desconfiança, e o Brasil não teria obtido sucesso em convencê-la de que esse poderia ser um objetivo regional (2007, p. 42). Ambos os países adotaram posturas diferentes, sendo que o Brasil entendia que deveria haver uma ampliação do Conselho, com a incorporação de Japão, Alemanha, Brasil, Índia e um representante africano e a Argentina entende que a reforma do Conselho não deveria significar ampliação do número de membros permanentes.

A respeito das outras candidaturas brasileiras, pode-se destacar que a Argentina inicialmente foi reticente, mas posteriormente apoiou o vizinho. No caso da OMC, a Argentina não apoiou o Brasil quando da candidatura de Luiz Felipe Seixas Corrêa, em 2005, contudo, em 2013, a Argentina registrou apoio formal à candidatura de Roberto Azevêdo, que se tornou diretor-geral da organização em 2013 (Palacios, 2013).

Nesse sentido, percebe-se maior sintonia entre ambos os países principalmente ao final do governo de Néstor e início do governo de Cristina Kirchner, e ao menos até o ano de 2010. Houve maior convergência no entendimento sobre a cooperação bilateral, com Néstor Kirchner assumindo a secretaria geral da Unasul em 2010. Pode-se destacar a assinatura do Mecanismo de Cooperação e Coordenação Bilateral entre Brasil e Argentina (MICBA) em dezembro de 2007. O acordo previa a realização de reuniões presidenciais a cada semestre e a criação de quatro subcomissões que deveriam desenvolver projetos específicos, quais sejam: *i*) Economia, Produção e Ciência e Tecnologia; *ii*) Energia, Transportes e Infraestrutura; *iii*) Defesa e Segurança; e *iv*) Saúde, Educação, Desenvolvimento Social, Cultura e Circulação de Pessoas. Assim como previsto pelo acordo, nos anos seguintes foram realizadas reuniões semestrais entre ambos os presidentes. Contudo, no primeiro semestre de 2012, a visita presidencial não ocorreu e no segundo semestre daquele ano o mecanismo foi modificado, com a criação do “Diálogo de Integração Estratégica”. A partir de então, já durante os governos de Cristina Kirchner e Dilma Rousseff, as visitas presidenciais tornaram-se mais escassas¹¹.

Por fim, há que se destacar importantes tensões no que se refere à cooperação no campo comercial, sendo que o aumento de exportações de manufaturados brasileiros começou a ser visto como uma ameaça à industrialização argentina e o país adotou medidas restritivas ao livre-comércio, em uma postura condizente com sua política econômica que visava reverter o quadro de desindustrialização.

11. As informações sobre visitas presidenciais encontram-se disponíveis em: <<http://goo.gl/0CSdkW>>.

Paikin argumenta que tal situação significou uma crise conjuntural para o Mercosul, mas que colocava em questão a própria relação entre regionalismo e desenvolvimento (2011, p. 155). Assim, nesse período, o Mercosul passou por um período de estagnação, no que se refere ao campo comercial, e os conflitos foram predominantes em tal âmbito, sendo que o bloco não conseguiu recuperar o dinamismo que possuiu no período anterior.

Assim, percebe-se que durante os governos de Néstor e de Cristina Kirchner houve uma retomada da concepção desenvolvimentista, que ressalta a situação comum no âmbito latino-americano de subdesenvolvimento e dependência, o que contribuiu para uma nova onda de valorização da região e para a criação de mecanismos para pensar o fortalecimento da autonomia e a promoção de estabilidade de maneira endógena, sem intervenção de potências extrarregionais. No entanto, tal situação não significou a superação de algumas diferenças bilaterais, principalmente tendo em vista os objetivos brasileiros de destaque internacional e de liderança regional. Portanto, apesar de o Brasil entender-se como sul-americano e periférico, também percebe-se como um país grande, com capacidade de influir no sistema internacional, o que o diferencia do restante da região.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da História, houve uma modificação importante nas relações entre Brasil e Argentina, sendo que ambos passaram a perceber-se como parceiros, em detrimento da noção de rivalidade anterior. No entanto, e apesar da valorização da parceria por ambos, tal situação não gerou mecanismos consolidados de atuação conjunta, existindo importantes descompassos e desentendimentos. Durante a década de 1990, havia uma diferença importante nas concepções de mundo, sendo que enquanto o Brasil mantinha certa ênfase na divisão norte-sul do sistema internacional, a Argentina entendia-se mais próxima às grandes potências, buscando na parceria com elas a fonte de seu desenvolvimento. Como consequência, Brasil e Argentina promoveram diferentes formas de inserção internacional e a diferença das políticas exteriores, principalmente no que se refere às relações com os Estados Unidos, era significativa. Nesse período, a Argentina apresentava-se como europeia, afastando a região como o principal referencial identitário.

A ascensão de Kirchner significou maior convergência entre Brasil e Argentina em suas leituras de mundo e no sentido de pensar a região como o principal referencial identitário, além de uma concepção comum de que o regionalismo deveria ter como finalidade o aumento do grau de autonomia de ambos os países frente às posturas dos Estados Unidos. Assim como a maior coincidência de posições e a percepção de que a atuação conjunta, bilateral e regional é o melhor caminho, a questão da segurança regional também se mostra presente, sendo que ambos os países parecem interpretar que o melhor cenário para a solução de crises regionais seria a discussão e negociação por meio de organismos regionais, sem a ingerência de potências externas. Nesse sentido, há um grau de representação comum, sendo que ambos consideram-se como integrantes de uma região pouco estável e com baixo grau de autonomia e uma percepção comum dos Estados Unidos, pois, apesar de não existir oposição ou enfrentamento, a atuação do mesmo na região é entendida como um risco para a autonomia e soberania dos países sul-americanos. Tal coincidência não é um dado menor, tendo em vista que, historicamente, a posição de ambos os países diante dos Estados Unidos tendeu a ser divergente, gerando desconfiças e diferenças na estratégia de inserção internacional. Nesse sentido, as presidências de Lula e Kirchner representaram um aumento das convergências bilaterais, embora não tenham logrado a criação de mecanismos políticos bilaterais de concertação que se tornassem estruturais.

REFERÊNCIAS

- ARGENTINA. Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto. BIELSA, R. A. **Programa La Cancillería en el Interior**. Río Negro, 2004.
- _____. _____. TELLA, G. **Discurso no centro argentino de ingenieros**. Buenos Aires, 26 mayo 1995.
- BRASIL. Ministério da Defesa. **Livro Branco da Defesa Nacional**. Brasília, 2012.
- _____. Ministério das Relações Exteriores. Resenha de Política Exterior do Brasil. *In: Seminário da Flacso – “Processos de integração em curso: a agenda latino-americana e do Caribe”*, n. 89, p. 65. Brasília: MRE, 2001.
- CANDEAS, A. **A integração Brasil-Argentina: história de uma ideia na “visão do outro”**. Brasília: Funag, 2010.
- CERIR – CENTRO DE ESTUDIOS EM RELACIONES INTERNACIONALES DE ROSARIO. La Política Exterior del Gobierno de Menem. *In: BUSSO, A. Menem y Estados Unidos: un nuevo rumbo en la política exterior Argentina*. Rosario: Ediciones Cerir, 1994.
- _____. La Política Exterior de Cristina Fernández. *In: CORTES, M. J.; CREUS, N. Entre la necesidad y la desilusión: los dilemas de la política exterior argentina hacia Brasil (2005-2009)*. Rosario: Universidad Nacional de Rosario (UNR), oct. 2010. Tomo V, 488 p.
- DUHALDE, E. Sudamérica y un viejo sueño. **Clarín**. Buenos Aires, 6 dic. 2004.
- GUEJAR, D. Palestra no Instituto Rio Branco. *In: II SEMANA ARGENTINA NO INSTITUTO RIO BRANCO*, Brasília, 4-6 jun. 1997.
- HANSEN, L. **Security as practice: discourse analysis and the bosnian war**. Nova Iorque: Routledge, 2006.
- HURRELL, A. Brazil and the new global order. **Current History**, v. 109, n. 724, feb. 2010.
- IRI – INSTITUTO DE RELACIONES INTERNACIONALES. Anuário em Relaciones Internacionales. *In: SIMONOFF, A.; SANCHEZ, L. et al. Tercer informe anual sobre la política exterior del gobierno argentino*. La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 2005.
- _____. Anuário em Relaciones Internacionales. *In: SIMONOFF, A.; SANCHEZ, L. et al. Informe anual sobre política exterior del gobierno de argentino*. La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 2005.
- KIRCHNER, N. Discurso de asunción del Presidente Néstor Kirchner. **La Nación**, Buenos Aires, 25 mayo 2003.
- KUPCHAN, C. **How Enemies Become Friends: the sources of stable peace**. Princeton: University Press, 2010.
- LECHINI, G.; GIACCAGLIA, C. El ascenso de Brasil en tiempos de Lula ¿Líder regional o jugador global? **Revista Problemas del Desarrollo**, n. 163, v. 41, oct./dic. 2010.
- MALAMUD, A. Latin American politics and society. 3. ed. *In: A leader without followers? The growing divergence between the regional and global performance of brazilian foreign policy*, v. 53, n. 3, p. 1-24, 2011.
- MCSWEENEY, B. **Security, identity and interests**. Cambridge: University Press, 1999.
- MELLO, L. I. A. **Argentina e Brasil: a balança de poder no cone sul**. São Paulo: Annablume, 1996.
- MERKE, F. Identidad y política exterior. La Argentina y Brasil em perspectiva histórica. **Revista Sociedad Global** 143, v. 2. n. 1-2, jun./dic 2008.
- MOTTA, B. V.; SOARES, S. A. **Argentina e Brasil: uma cultura estratégica conjunta em *adagio***. Latitud Sur, 2013.
- PAIKIN, D. La Argentina y el Mercosur en tiempos de crisis internacional: las bases regionales del modelo kirchnerista. **Perspectivas**, São Paulo, v.42, p.139-158, jul./dez. 2012.
- PALACIOS, A. **Azevêdo visita Argentina para agradecer apoio para OMC**. [s.l.] Agência Estado, 2013. Disponível em: <<http://goo.gl/nq8wYa>>. Acesso em: mar. 2016.

- PARADISO, J. **Um lugar no mundo**: a Argentina e a busca da identidade internacional. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- PINHEIRO, L. Traídos pelo desejo: um ensaio sobre a teoria e a prática da política externa brasileira contemporânea. **Contexto Internacional**, v. 22, n. 2, p. 305-335, 2000.
- PUIG, J. C. Integración y autonomía en América Latina en las postrimerías siglo XX. **Integración Latinoamericana**, t. 11, n. 109, 1986.
- RUSSELL, R.; TOKATLIAN, J. G. El Lugar de Brasil en la política exterior de Argentina: la vision del otro. **Desarrollo Economico**, v. 42. n. 197, out./dez. 2002.
- _____. A crise na Argentina e as relações com o Brasil e os Estados Unidos: continuidade e mudanças nas relações triangulares. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, p.107-148, jan./jun. 2004.
- _____. Modelos de política exterior y opciones estratégicas. El caso de América Latina frente a Estados Unidos. **Revista Cidob d'afers Internacionals**, p. 85-86, p. 211-249, 2009.
- _____. Percepciones Argentinas de Brasil: ambivalencias y expectativas. **Plataforma Democrática**, n.10, jul. 2011.
- SAINT-PIERRE, H. Política de defesa e relações internacionais no Brasil: o destino das paralelas. *In*: XXVI CONGRESSO INTERNACIONAL DA LASA, Porto Rico, mar. 2006.
- TOKATLIAN, J. G. Cuan poderoso es Brasil? **Foreign Affairs Latinoamérica**, v. 13, n. 1. p. 25- 31, mayo 2015.
- VEGAS, J. H. H. **Discurso na cerimônia de inauguração do busto do Libertador General D. José de San Martín**. Belo Horizonte, 15 dez. 1999.
- VIGEVANI, T; CEPALUNI, G. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 29, p. 273-335, jul./dez. 2007.
- VIGEVANI, T.; ARAGUSUKU, J. A. S. Atitudes brasileiras para as organizações hemisféricas: círculos concêntricos. **Pensamiento Próprio**, Edição Especial: el hemisferio en transformación: regionalismo, multilateralismo y políticas exteriores en un entorno cambiante. Buenos Aires: Cries, año19, enero/jun. 2014.
- WENDT, A. Anarchy is what states make of it. **International Organization**, v. 46, n. 2, 1992.
- WENDT, A. **Social theory of international politics**. Cambridge: University Press, 2003.
- WINAND, E. **Diplomacia e defesa na gestão Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)**: história e conjuntura na análise das relações com a Argentina. 2010. Tese (Doutorado), Unesp, Franca, 2010.
- ZEHFUSS, M. Constructivism and identity. A dangerous liaison. **Constructivism and International Relations**: Alexander Wendt and his critics. Routledge: Inglaterra, 2006.